
MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS
MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES

Secretaria Internacional

Maldonado 1858, Montevideo, Uruguay

Correio eletrônico: wrm@wrm.org.uy

Página web: <http://www.wrm.org.uy>

Editor: Ricardo Carrere

=====

BOLETIM 102 do WRM

Janeiro 2006 - Edição em português

Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês

=====

Neste número:

* NOSSA OPINIÃO

- Desembarco da indústria nórdica da celulose no Sul e o Banco Mundial

* LUTAS LOCAIS E NOTÍCIAS

AMÉRICA DO SUL

- Brasil: a polícia federal invade as aldeias Tupiniquim e Guarani em terras recuperadas das plantações de Aracruz Celulose

- Brasil: Veracel recebe multa por crime ambiental na Bahia

- Colômbia: os tropeços do projeto da Lei Florestal na Colômbia

- Uruguai: as falsidades das empresas de celulose

AMÉRICA CENTRAL

- Costa Rica: lições aprendidas da luta contra as plantações

ÁFRICA

- África: mapeamento florestal feito pelos seus verdadeiros guardiães

- Camarões: um “plano de zoneamento” que separa as florestas das pessoas

- Gana: um dique na beira das florestas

- Libéria: ação legal contra Firestone por escravidão e trabalho infantil em plantações de seringueiras

ÁSIA

- Bangladesh: as florestas de mangues, mais generosas do que a indústria do camarão

- Índia: Adivasis mortos a tiros defendendo sua terra contra o tomada de posse da Tata Steel

- Indonésia: o Deutsche Bank sai do projeto de polpa de madeira da UFS
- Tailândia: extensa caminhada pela atividade florestal comunitária

* CAMPANHA PLANTAÇÕES

- O cultivo mais destrutivo sobre a face da terra não é solução para a crise de energia

* NOSSA OPINIÃO

- Desembarco da indústria nórdica da celulose no Sul e o Banco Mundial

Há pouco tempo, os países nórdicos eram relativamente pouco conhecidos no Sul. A Finlândia, a Noruega e a Suécia eram, no máximo, conhecidos por questões positivas como sua legislação social progressista, sua solidariedade perante as ditaduras do Sul, compositores como Sibelius, o Prêmio Nobel e aspectos mais populares como famosos jogadores de tênis, corredores de carros, as olimpíadas de Helsinque, o mundial de futebol na Suécia.

Lamentavelmente, a situação mudou e agora existe uma percepção muito menos positiva, em particular como resultado da ação de empresas vinculadas à indústria da celulose e o papel. Com a consultora finlandesa Jaakko Poyry no topo, companhias como UPM/Kymmene, Metsa Botnia, Stora Enso e Aracruz Celulose começaram a desembarcar em países da Ásia e da América Latina e a gerar conflitos com as populações locais. Esses conflitos se originaram, em primeiro lugar, com a ocupação de enormes áreas de terras produtoras de alimentos por plantações de eucaliptos para prover as plantas de matéria prima. Depois vêm os conflitos pelos impactos ambientais sobre a água, a flora e a fauna, que privam às populações locais dos elementos essenciais para garantir seu sustento. A eles seguem os escassos e péssimos empregos que geram as plantações de eucaliptos, que resultam em um balanço negativo de vagas de emprego em nível regional. A tudo isso se acrescentam, finalmente, os impactos ambientais e sociais decorrentes da colocação em funcionamento das fábricas de celulose.

Obviamente que essas empresas não atuam sozinhas no grande negócio da celulose e do papel. Muitas outras empresas, em particular européias, providenciam os diferentes componentes das custosíssimas fábricas de celulose e de papel, enquanto as agências oficiais de créditos à exportação facilitam a exportação dessas fábricas para o sul.

Por causa dos elevados custos de uma fábrica de celulose (que estão localizados entre 600 e 1.200 milhões de dólares, segundo o tamanho), o fundamental é o acesso ao crédito, tanto multilateral quanto privado e em muitos casos com o acesso ao segundo ligado ao primeiro. É aqui onde entra no jogo a banca multilateral: O Banco Mundial e os bancos regionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Desenvolvimento.

O Banco Mundial através de sua Corporação Financeira Internacional (CFI), outorga créditos ao setor privado, ao mesmo tempo facilita diretamente a outorga de empréstimos da banca privada aos empreendimentos que financia. A empresa finlandesa

Botnia (associada à também finlandesa UPM/Kymmene) tem projetado instalar no Uruguai uma gigantesca planta de celulose para produzir 1 milhão de toneladas anuais, seu custo se estima em 1.200 milhões de dólares, integrados por 100 milhões a serem providenciados pela própria CFI e outros 100 milhões a serem negociados com a banca privada.

Como a projetada planta se instalaria sobre o rio Uruguai, que é compartilhado pelo Uruguai e a Argentina, tanto grupos ambientalistas e organizações sociais dos dois países, como o governo argentino denunciaram ao Banco a insuficiência das avaliações do impacto ambiental realizadas pela empresa, que nem levou em consideração os impactos acumulados de sua planta com os do já aprovado projeto da empresa espanhola Ence, que planeja produzir 500.000 toneladas anuais na mesma área.

Perante as denúncias, a CFI reagiu contratando à consultora japonesa Pacific Cosultants International para realizar estudos adicionais. O tema também ameritou uma viagem ao Uruguai da Ombudsman do Banco Meg Taylor, quem no seu relatório incluiu muitas das críticas desde a sociedade civil, tanto a respeito das fábricas de celulose quanto no que tem a ver com as plantações de eucaliptos associadas.

Em 19 de dezembro se conheceu o relatório da consultora, que mais do que um relatório parece um tratado completo de todas as falsedades que repete a indústria da celulose e o papel (aconselhamos sua leitura a lector@s). Já na primeira página do relatório é possível intuir a conclusão, desde que aí diz que “as duas empresas são produtoras líderes no seu setor, tanto no que tem a ver com o tecnológico quanto no relacionado com seus valores, políticas e enfoques empresariais e sociais”. O fato isolado de que o relatório afirme que Ence na Espanha é líder em seus valores, políticas e enfoques sociais mostra sua total falta de visão crítica a respeito do assunto, já que a história dessa empresa inclui destruição ambiental, fatos delitivos e rejeição social a suas atividades.

Apenas como amostra da nula seriedade do relatório, se salienta o que diz a respeito das plantações, afirmando que “O desenvolvimento de plantações na região é um fator positivo já que as plantações proporcionam uma melhor estrutura de hábitat com maiores nichos para uma mais ampla variedade de flora e fauna, aumentando desse jeito a biodiversidade em comparação com as atuais condições de pastagens... Como resultado, estes projetos melhoram a biodiversidade, em vez de diminuí-la” Nem os mais fervorosos defensores das monoculturas de árvores se atreveram a fazer essa afirmação.

Também como amostra serve a parte do relatório que refere às dioxinas: O relatório afirma que “O branqueamento ECF ... elimina essencialmente a produção de dioxinas e furanos” e depois acrescenta que “ a substituição total do cloro elementar por dióxido de cloro resulta na redução das dioxinas e furanos nos efluentes em níveis não detectáveis”. Quer dizer, que efetivamente se produzem dioxinas e furanos. O nível não detectável obviamente dependerá da escala da operação. Neste caso estaríamos perante dois empreendimentos cuja escala acumulada os localiza entre os maiores do mundo, mas de qualquer jeito o relatório descarta que as dioxinas e os furanos vão ser detectáveis. Por outro lado, o relatório opta por ignorar a existência de estudos recentes feitos na Suécia que provam que as plantas de celulose ECF aumentaram o nível de dioxinas no Mar Báltico.

Relacionado com o anterior, é interessante ver o que dizem as Diretrizes do Banco Mundial na matéria: “O uso do cloro elementar para o branqueamento não é recomendado. Apenas processos ECF são aceitáveis e desde uma perspectiva ambiental, os procesos TCF são preferidos”. Do anterior se infere que desde a perspectiva ambiental o processo ECF tem impactos. No entanto, nada diz o relatório a respeito disso e nada diz o Banco à consultora.

A pesar da clara falta de objetividade do relatório e do seu sesgo a favor das empresas, o Banco o aceitou como “seu” relatório, embora diga que ainda é um rascunho para consulta. A reação dos ambientalistas locais foi imediata, através de um comunicado que finaliza dizendo que “por causa de sua falta de seriedade, este relatório não constitui uma base crível para tomar a decisão da CFI a respeito da outorga dos empréstimos solicitados pelas empresas e menos ainda para uma consulta com a cidadania uruguaia e argentina.

Como sempre parece que os processos de consulta e participação do Banco Mundial são apenas um trâmite para aprovar projetos já aprovados de antemão. A pesar de que várias vezes tivemos essa experiência (particularmente durante o processo de consulta sobre a revisão da política forestal do Banco), ainda temos a remota esperança de estar errados e de que o Banco arquivará – como corresponde – este relatório e que finalmente não outorgará os empréstimos solicitados.

Vide relatório da consultora em:

http://www.ifc.org/ifcext/lac.nsf/Content/Uruguay_Pulp_Mills_CIS

Vide comunicado da imprensa do Grupo Guayubira em:

http://www.guayubira.org.uy/celulosa/Comunicado_CFI_BM.html

Vide carta aberta de Ricardo Carrere em:

http://www.guayubira.org.uy/celulosa/CFI_BM_Critica_Carrere.html

* LUTAS LOCAIS E NOTÍCIAS

AMÉRICA DO SUL

- Brasil: a policia federal invade as aldeias Tupiniquim e Guarani em terras recuperadas das plantações de Aracruz Celulose

A luta dos indígenas Tupinikim e Guarani enfrenta hoje uma situação extremamente difícil. Começada em fevereiro de 2005, quando decidiram retomar suas terras ocupadas pelas plantações de eucalipto da empresa de celulose Aracruz Celulose, permitiu que mais de 100 famílias voltassem a estabelecer-se no meio rural do qual tinham sido expulsas e abriram a porta para a esperança de um futuro sustentável e digno (vide boletins N° 94, 96 e 101 do WRM).

Mas hoje essa esperança procura ser abatida. A continuação publicamos o comunicado enviado pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde:

"Repetindo os anos 70, na manhã de hoje (dia 20/01/2006), em uma ação violenta e unilateral, os tratores da Aracruz Celulose destruíram duas aldeias indígenas Tupinikim e Guarani no Espírito Santo.

Com o apoio do Comando de Operações Táticas (COT), vindo diretamente de Brasília, da polícia federal do Governo Lula, e aliada ao batalhão de choque da polícia estadual de Paulo Hartung, a Aracruz Celulose jogou por terra tudo o que havia nas aldeias indígenas de Córrego D'Ouro e Olho D'Água. As duas aldeias foram totalmente destruídas!

Foi uma ação autoritária e unilateral, pois nem a Comissão de Caciques, nem a administração regional da FUNAI, nem o Ministério Público, nenhum dos parlamentares, ninguém estava ciente da trama policial da Aracruz Celulose. O que deixa a todos perplexos é que havia uma longa negociação em pauta, envolvendo todos os atores do conflito, Estado, empresa, índios, sociedade civil, agendada desde o final do ano passado, a respeito de uma nova portaria do Ministério da Justiça, confirmando os estudos antropológicos da FUNAI, reconhecendo a área como território indígena!

Atropelando todo o diálogo no âmbito do Estado e da sociedade civil, a absurda liminar de reintegração de posse foi dada pelo juiz federal Rogério Moreira Alves, da vara de Linhares, e data do dia 07/12/05.

Em uma operação de guerra, disparando tiros por terra e desde os helicópteros, lançando bombas de efeito moral, as máquinas da Aracruz Celulose destruíram casas indígenas, devastaram suas roças e plantios de alimentos, jogaram no chão suas cabanas de ritos. Caciques e lideranças indígenas que conseguiram chegar ao local e que resistiam, foram agredidos pelos policiais, alguns, com ferimentos foram para o hospital de Aracruz (Seu João Mateus da Aldeia de Comboios e Valdeir, de Pau Brasil, entre outros). Lideranças indígenas ainda se encontram detidas pela Polícia Federal, incomunicáveis (Paulo, liderança de Caieiras Velha e Nil, de Pau Brasil). A assessora parlamentar Vanessa Vilarinho, que conseguiu estar presente no local desde a manhã, teve seu carro destruído pelos policiais.

Há barreiras impedindo o acesso ao local. Ainda pela manhã, dois funcionários da FUNAI já haviam sido detidos e deixados incomunicáveis, na "casa de hóspedes" da Aracruz Celulose.

Por enquanto são as informações que temos. O clima está ainda muito tenso e um conjunto de parceiros da Rede Deserto Verde já se deslocou para as aldeias, porém ainda não fizeram contato. Aguardamos mais informações.

Olho d'água e Córrego do Ouro vão ressurgir, sempre!

Aqueles que desejarem fazer chegar a sua solidariedade aos indígenas Tupinikim e Guarani na sua luta contra as plantações de eucaliptos e pela recuperação de suas terras, podem dirigir-se à FASE-ES, e-mail: fasees@terra.com.br

- Brasil: Veracel recebe multa por crime ambiental na Bahia

A veracel celulose foi autuada pelo Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, no final do mês de dezembro, que se utilizando de imagens de satélite e geoprocessamento verificou irregularidades da empresa de celulose e emitiu uma multa de R\$ 320.000 por impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas da Mata Atlântica em 1.200 hectares tornado ainda mais grave à situação deste Bioma, fato que desmascara mais uma vez a farsa Veracel e seu discurso de protetora da Mata Atlântica.

Durante muitos anos ONGs do Extremo Sul da Bahia vem denunciando e exigindo que os órgãos responsáveis pelo Meio Ambiente Federal e Estadual — IBAMA e CRA — cumpram o seu papel e investiguem as diversas irregularidades ambientais cometidas pela empresa Veracel Celulose, associada da brasileira Aracruz e a sueco-finlandesa Stora Enso com o plantio de eucalipto.

A Veracel celulose anteriormente denominada Veracruz Florestal possui diversos passivos ambientais como comprova a ação civil pública nº 93.01.1000399-5 de abril de 1993, movida por diversas Entidades, quando na ocasião foi flagrada pelo Greenpeace, Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia e Cepedes – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia, através de filmagens, utilizando-se de correntões, tratores de esteira e queimadas em grande escala em áreas de Mata Atlântica em estágio médio e avançado de regeneração, descumprindo o Artigo 1º do Decreto 750 de fevereiro de 1993 que diz: “Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados e médios de regeneração da Mata Atlântica”

“Respeitar o meio ambiente, gerar emprego e renda, promover a melhoria da qualidade de vida da população e dar retorno para os acionistas, seguindo princípios de sustentabilidade, são alguns dos compromissos do empreendimento” propaga a empresa em seu site.

De acordo com o Ibama, 383 espécies de fauna ameaçadas de extinção são da Mata Atlântica e destas 125 espécies correm o risco de desaparecer. No Extremo Sul a situação é gravíssima pois a monocultura de eucalipto utiliza grandes tabuleiros de terras planas, deixando apenas alguns grotões, ilhas de áreas íngremes, para “refúgio” da fauna silvestre. Muitas espécies não vivem e não estão adaptadas em áreas com relevo acidentado, e estão sendo localmente extintas, especialmente as espécies endêmicas e raras. Além do mais, não há conectividade entre as ilhas de vegetação nativa, imersas no mar de eucalipto. O eucalipto não representa corredor ecológico, pois sabemos nós, ambientalistas, cientistas, empresários e técnicos do governo, etc que as espécies não atravessam e nem utilizam o eucalipto.

Em nome do “desenvolvimento” da região, estão destruindo o patrimônio biológico que resta da Mata atlântica, causando indignação e argumentação da sociedade civil organizada. O descaso e a cupidez dos promotores deste modelo de “desenvolvimento”, governo e empresários, promove crimes de leza-natureza, leza-sociedade, roubando das gerações que vão nascer o direito à biodiversidade, à beleza cênica, qualidade de vida pelo enriquecimento de grupos e pessoas. Temos visto periodicamente o embaixador da Finlândia nas emissoras de TVs brasileiras dizendo que a Finlândia é o país com a melhor qualidade de vida do mundo, no entanto, grupos deste país promovem nos países

do sul, destruição e miséria através de projetos impostos para a população sem transparência e respeito.

Outra questão preocupante diz respeito ao cumprimento por parte da empresa de todas as condicionantes. Estas condicionantes são elaboradas pelos órgãos que fornecem a licença para o plantio de eucalipto e construção das fábricas por conta dos diversos impactos causados pelo empreendimento mas não são fiscalizados como deveriam pelos órgãos que admitem não ter capacidade técnica para acompanhamento. Diante disto às empresas aproveitam para cometer abusos pois sabem desta deficiência por parte dos governos.

Com pesquisa realizada nas comunidades do entorno da fábrica da Veracel, o CEPEDES detectou que a empresa não absorve a mão-de-obra dos moradores destas comunidades em nenhum momento, visto que, a pesquisa aconteceu justamente por ocasião da construção da fábrica. A empresa com dinheiro de financiamentos, inclusive do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social), construiu, alojamentos nas cidades e distritos próximos como, Itagimirim, Itapebi e Barrolandia e trouxe trabalhadores de outras regiões do país. Depois que a fábrica ficou pronta muitos voltaram para a região de origem e outros ficaram. O que acaba provocando mais desemprego, miséria e violência.

Esse episódio demonstra acima de tudo que o discurso ambientalista da empresa é bem diferente de sua prática. Podemos afirmar, diante da vivência nestes quase quatorze anos que única consideração verídica por parte da empresa é a que diz respeito a dar retorno aos acionistas visto que podemos verificar através de diversas declarações que os seus lucros são cada vez maiores. O vice-presidente da Stora Enso, Magnus Diesen já considera a duplicação uma realidade e declara que “um grande passo para a empresa seria uma provável veracel II. A capacidade adicional da unidade poderia superar um pouco a produção atual, graças ao desenvolvimento tecnológico. Alcançaríamos assim, um pouco mais que o dobro do volume de hoje”. Situação preocupante, visto que, o Extremo Sul da Bahia, já não comporta maciços da monocultura de eucalipto e inúmeros são os problemas já existentes.

Por Ivonete Gonçalves, CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul/Bahia, cepedes@cepedes.org.br

- Colômbia: os tropeços do projeto da Lei Florestal na Colômbia

Talvez nenhum projeto de lei na Colômbia, sobre um assunto ambiental, tenha conseguido despertar tantas opiniões diveras e tanto revôo, como aconteceu com a discussão no Congresso Colombiano da Lei Geral Florestal, que foi aprovada por esta instituição no mês de dezembro. Foi tal a força dos argumentos e tal a resposta do ambientalismo colombiano, do movimento social e inclusive de parte dos meios de comunicação que, pela primeira vez, o presidente Álvaro Uribe Vélez manda de volta uma lei ao Congresso da República.

O projeto de lei foi promovido sob argumentos de que era indispensável “... para o desenvolvimento do país, a conservação e o manejo sustentável das florestas naturais, além do estabelecimento de plantações florestais”, já que estas são a guia fundamental

para o progresso do setor florestal”. Por outro lado, insistiu-se em que, do potencial de 25 milhões de hectares, só 150.000 foram reflorestadas para uso comercial, isto é, 0.006 por cento das mesmas. O governo salientou que, por este motivo, o projeto é de essencial importância, pois não foi aproveitado até agora o imenso potencial florestal que temos no país. Talvez estes exemplos cheguem para alertar-nos, embora de forma mínima, sobre o espaço que tem ocupado o discurso argumentativo. Estas frases evidenciam que os defensores do projeto de Lei estão mais preocupados pelos aspectos comerciais do que pela conservação e proteção do meio ambiente.

Os argumentos que aduzem os defensores do projeto de Lei Florestal, desde seu início, localizaram-se em um espaço de interesse comercial. Argumentam que será possível aproveitar mais eficazmente o potencial florestal que tem o país, incrementando os dividendos monetários e incrementando o emprego. Porém, ainda neste âmbito, podemos pôr em dúvida se os benefícios econômicos pelos quais supostamente estão discutindo, são para o país ou, pelo contrário, existe um interesse obscuro de abrir as florestas da Colômbia para a exploração por parte das multinacionais. Pois já sabemos para quem é o negócio. Com a lei pretende-se promover as concessões com empresas nacionais e multinacionais com capacidade técnica e extrativa, que realizem uma exploração moderna e tecnificada.

Por outro lado, neste ponto surge a pergunta se a discussão sobre o florestal pode ficar subordinada a uma simples reflexão comercial. Isto é, se o âmbito de valoração no qual se abre o debate sobre o projeto de Lei Florestal só pode ser pensado desde os critérios do capital. Tal parece que esta discussão deve dar lugar a um espaço mais amplo de debate, pois neste não só devemos levar em consideração interesses econômicos, mas também éticos e existenciais. Conseqüência evidente quando se entendeu a vida como sagrada. Porém, durante o processo de discussão no Congresso do projeto de Lei, os defensores do Projeto de Lei Florestal, dentre eles o governo e, particularmente, o Ministério do Meio Ambiente, da Moradia e Desenvolvimento Territorial e o Ministério da Agricultura, desestimaram completamente abrir espaço para debate e conformaram-se com desacreditar aos seus oponentes de forma sistemática.

A estratégia de desacreditar, na discussão do projeto de Lei, tomou diversos matizes, dentre eles e, talvez o último, por parte do ministro da Agricultura, consistiu em afirmar que os argumentos da oposição são tão somente uma “Mitologia surrealista”. Talvez nunca entendamos com profundidade, se tem, o significado dessa asseveração, talvez só queria dizer que os argumentos dos oponentes procuram plasmar o encontro da realidade com o mundo dos sonhos. A realidade é que foram tantos os argumentos claros e contundentes das organizações que nós colocamos em contra do projeto que o Presidente da República viu-se pressionado a enviá-lo de volta para o Congresso da República ao objetar 11 artigos da Lei que o Congresso Nacional aprovava.

E é que são muitos os eventos que fazem ilegítimo o projeto de lei. Como primeira medida, é possível mencionar o desconhecimento total que se tinha das comunidades afro-descendentes, indígenas e camponesas, que são as proprietárias de mais da metade das florestas do país. Porém, o direito constitucional que tem negritudes e Indígenas de Consulta, apenas se fizeram uns quantos foros, onde as recomendações recolhidas não foram levadas em consideração. Os Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente argumentaram que: como a essas comunidades não são afetadas negativamente, não era imperativo consultá-las.

A ilegitimidade do projeto também pode ser explicado porque também não permitiram que a comunidade acadêmica, as organizações ambientalistas e setores da sociedade civil que trabalham para a proteção do meio ambiente participassem. Além disso, o Congresso da República desconheceu as vozes de protesta do Procurador e do Órgão de Controle.

Desta forma, passo a passo, a maioria do Congresso desconheceu as vozes do povo, que é o único capaz de legitimar qualquer norma. Até esse ponto, o governo continuou com esta estratégia que, na votação do projeto de lei, em dezembro de 2005, aos congressistas oponentes desse projeto, que reclamavam uma e outra vez com força, nunca lhes deram o uso da palavra. Além disso, ali mesmo um pedido feito previamente para votar artigo por artigo, não foi levado em consideração. Desta forma, foi aprovado o projeto de Lei 264, com uma votação de 81 votos favoráveis e 11 em contrário, para dar passo à sanção presidencial, onde foi revogado.

Esta pequena menção deste processo não só cria profundas dúvidas sobre o projeto, mas também nos deixa um sabor amargo na boca pelas estratégias que foram utilizadas para aprová-lo. Já que no seu intento de desacreditar à oposição, só tem desconhecido completamente ao outro, mostrando a sua incapacidade de criar um espaço amplo de debate onde, não só se tomem critérios econômicos e comerciais, mas também éticos e existenciais. É muito triste como foi aprovado este projeto de lei, já que algumas pessoas que votaram a favor admitiram desconhecer o que estavam aprovando; outros, nem sequer souberam definir em que consistiu o “vão florestal”. "Vão Florestal", eixo fundamental do projeto, este sim um conceito da “mitologia surrealista”, que separa o solo das árvores e demais elementos da terra, que realiza uma separação que só no sonho seria possível entender, de dois elementos inseparáveis, o caule da árvore e o solo que é a sua base. Talvez aqui tão somente nos encontramos de novo com a esquizofrenia capitalista.

Por: Diego Andrés Martínez, Censat Agua Viva - Amigos da Terra Colômbia, correio eletrônico: bosques@censat.org

- Uruguai: as falsidades das empresas de celulose

A tradicional sesta de verão no mês de janeiro uruguaio foi interrompida, não só pelas constantes chuvas, mas também porque o avanço das empresas de celulose não dá trégua. Continua com a sua campanha propagandística, com base em falsidades, que depois são repetidas como verdades. Promessas e miragens a uma população com um elevado índice de desemprego, que está desesperadamente precisando de soluções.

Nada novo, na realidade. As transnacionais continuam apropriando-se do mundo (leia-se globalização), utilizando para isso o credo de que não há desenvolvimento possível sem investimentos estrangeiros. Porém, os países do Sul que recebem investimentos estrangeiros continuam sendo tanto ou mais pobres: são cenários onde cresce a exclusão, a exploração e o extermínio. Ou talvez a riqueza é medida pela quantidade de celulares?

O Uruguai tem se convertido na mira do negócio florestal- celulósico. Os seus prados encheram-se de monoculturas de árvores que já fizeram sentir os seus efeitos: concentram terra em mãos estrangeiras, esgotam as fontes de água, favorecem o surgimento de pragas, contribuem à despovoação do campo, geram menos emprego que as outras atividades rurais que deslocam. E agora que as árvores já estão maduras, desejam instalar a megaindústria celulósica para a qual resultam uma atraente matéria prima. A finlandesa Botnia e a espanhola Ence já têm licenças de construção. A Botnia já começou as obras no meio de uma grande oposição regional que atingiu dimensões binacionais. Stora Enso acaba de chegar ao Uruguai com a aquisição de 50.000 hectares para plantações e pretende, desde agora até 2007, adquirir 100.000 hectares mais com o objetivo de alimentar uma gigantesca fábrica de celulose no centro do país (vide artigos sobre o tema na página <http://www.wrm.org.uy/paises/Uruguay.html>).

Isso implica destruir desde a paisagem do Uruguai até seus odores, começando pela qualidade de vida do seu povo e finalizando com o seu futuro produtivo e soberano. Mas não será possível fazê-lo com conhecimento de causa, pelo que é preciso criar um outro cenário. E ocultar verdades.

* A Botnia e a Ence anunciam que utilizarão, no Uruguai, a “melhor” tecnologia existente a nível mundial – aquela que utiliza dióxido de cloro, o sistema ECF.

FALSO: só umas poucas fábricas modernas de celulose são consideradas hoje líderes em matéria ambiental. Elas incluem as fábricas de Mönsterås e Östrand na Suécia e a fábrica Stendal na Alemanha. Todas elas produzem celulose branqueada com sistema totalmente livre de cloro (TCF), que permite a alternativa de circuito fechado, o que reduz o uso de água limpa e permite eliminar quase totalmente a descarga de águas residuais do processo de branqueamento. (1)

* Dizem que a fábrica não vai ter impactos negativos no ambiente. Nem na água, nem no ar, nem na terra. “Aqui não vamos gerar nenhuma substância que gere câncer. Tampouco vamos gerar dioxinas e furanos, que são compostos orgânicos persistentes que se geram indesejadamente”. “Aqui não vai se gerar nem uma grama de dioxina”.

FALSO: “A etapa do branqueamento é talvez a mais problemática em termos ambientais, em uma fábrica de celulose kraft branqueada. São produzidas e utilizadas grandes quantidades de substâncias químicas e geralmente é a única parte da fábrica que gera um fluxo permanente de efluentes”. “Em relação com a tecnologia ECF, é preciso salientar que todos os químicos branqueadores são oxidantes poderosos e, em consequência, constituem uma ameaça para os trabalhadores e para aqueles que moram perto da fábrica”. “(...) o dióxido de cloro (ClO₂) pode ter efeitos tóxicos crônicos e agudos, incluindo irritação ocular, nasal e da garganta, tosse, dificuldade para respirar (possivelmente tardia), edema pulmonar, possível bronquite crônica e asma. Tudo o anterior, junto com o clorofórmio e outros sub-produtos semelhantes do branqueamento ECF, conforma o perfil de perigosidade do dióxido de cloro.” (1)

* Dizem que se a gente visita as 300 fábricas da Europa, vai ver como elas convivem com as cidades e não têm problemas de convívio. Os rios continuam tendo peixes e a gente continua tomando banho neles.

FALSO: No verão de 2003, uns 7.500 metros cúbicos de licor preto escoaram da fábrica de celulose de UPM em Lappeenranta, Finlândia, e poluíram seriamente uma área importante do lago Saimaa. De acordo com a imprensa local, “a fábrica de tratamento biológico não foi capaz de fazer frente a essa súbita descarga e, no decorrer de uns poucos dias, o licor preto espalhou-se águas adentro do lago”. A imprensa continua dizendo que “o licor preto consome o oxigênio da água, provocando uma elevada mortalidade de peixes e também tinge a água e polui as margens. Também tem um odor extremamente desagradável. A metade da população de peixes resultou erradicada num rádio de três quilômetros da fábrica”. O acidente gerou muito enfado, desde que aconteceu no momento em que começavam as férias de verão (na Finlândia, o verão é muito curto) e a gente se dispunha a curtir o lago. O pior foi que a empresa não informou ninguém do problema. “Era como nos velhos tempos. A água estava pesada, branca, cheia de espuma. O mau-cheiro era terrível. Estragou as nossas férias, já que o problema continuou durante um mês inteiro”. (2)

* Dizem que os odores que emitem as fábricas de celulose não são odores desagradáveis, é um odor que muda, mas não é forte.

FALSO: no começo da década de 1990, o Instituto de Karelia do Sul sobre Alergia e Ambiente, na Finlândia, realizou uma série de estudos sobre os impactos dos compostos sulfurosos mau-cheirosos sobre a saúde humana. Estes compostos são fundamentalmente o sulfeto de hidrogênio (H_2S), o metil mercaptan (CH_3SH) e os sulfitos de dimetila [$(CH_3)_2S$ e $(CH_3)_2S_2$]. Estes são emitidos por fábricas de celulose, que utilizam um processo com sulfato (o mesmo que seria utilizado no Uruguai). De diferentes estudos realizados surge claramente que estes odores não são simplesmente desagradáveis e molestos, mas também afetam a saúde, em particular incrementando o risco de infecções respiratórias agudas, problemas com a visão, cefaléias e problemas neuropsicológicos, dentre outros. Os estudos também constataram que estes compostos ingressam nas moradias dos habitantes locais, motivo pelo qual as pessoas também estão expostas aos mesmos ainda dentro de seus lares. Por outro lado, várias pessoas que foram perguntadas sobre suas experiências em matéria de doenças que associam às fábricas de celulose, imediatamente falaram de asma, alergias e problemas na pele. (2)

Os projetos de instalação de duas gigantescas fábricas de celulose no lado uruguaio do Rio Uruguai enfrentam uma crescente mobilização dos vizinhos argentinos, na província de Entre Rios, os que vêm ameaçadas as suas atividades econômicas baseadas no turismo nas beiras do rio.

No Uruguai, várias organizações e pessoas também se opõem a um empreendimento que não só será perigoso quanto à contaminação, mas que suporá condenar o país à condição de fornecedor de uma matéria prima poluente que, através da florestação, se apropria dos nossos solos, compromete a nossa água, flora e fauna, e não gera empregos genuínos. ¿Qual será o cenário daqui a 40 anos, quando as fábricas cheguem ao fim do seu tempo útil, deixando enormes cadáveres de concreto, e as plantações tenham provocado estragos no nosso campo?

Tem muita gente que não acredita nas falsidades propagandísticas das empresas e muita gente que está começando a duvidar. É preciso dar o alerta agora, porque quando as fábricas de celulose já estejam instaladas, será tarde demais.

Por Raquel Núñez, Movimento Mundial pelas Florestas, correio electrónico:
raquelnu@wrm.org.uy

1. Dados do Relatório de Observações e Recomendações da Missão Internacional de Avaliação de WWF diante da controvérsia do Santuário da Natureza e sítio Ramsar Carlos Anwandter e a fábrica de celulose Valdivia de CELCO. Valdivia, Chile. Novembro de 2005.

2. “Traços da celulose na Finlândia. O outro lado da moeda”, junho de 2005, pesquisa no campo realizada por Ricardo Carrere,

<http://www.guayubira.org.uy/celulosa/Finlandia.html>

AMÉRICA CENTRAL

- Costa Rica: lições aprendidas da luta contra as plantações

A monocultura é a principal ferramenta que tem o grande capital transnacional para se apropriar e tomar o controle do recurso da terra e mão-de-obra barata dos países do Sul, causando enormes impactos sobre a diversidade biológica e cultural. A homogeneização e dramática simplificação do agroecossistema, permite-lhe maximizar a exploração do solo e da mão-de-obra através de tarefas mecanizadas e de fácil controle e supervisão. Sua sustentabilidade se define baseada nos códigos de rentabilidade e, dependendo do cultivo, se cumprem prazos de dez, quinze ou vinte anos e depois vem o abandono. Os resultados são: um solo esgotado ou envenenado, graves impactos sociais, importante diminuição da fauna silvestre, perda do conhecimento tradicional entre outros impactos culturais junto a impactos na economia local derivados de uma economia de enclave. Apesar do anterior, as empresas sempre recuperam o dinheiro investido e ainda com lucros que satisfazem tanto suas expectativas quanto as do mercado financeiro. Depois abandonam tudo e vão embora, como fica demonstrado com o caso da banana: da costa do Atlântico à costa do Pacífico e mais uma vez na década de oitenta, do Atlântico a áreas novas.

Na Costa Rica, dados aproximados indicam que existem cento e vinte mil hectares de plantios de árvores, os mais extensos do país. Algumas áreas têm se transformado a outras monoculturas ou têm sido derrubadas. A banana ocupa cerca de quarenta mil hectares e a laranja uns vinte e cinco mil hectares. O abacaxi é o novo cultivo em expansão, que está causando graves impactos no que tem a ver com o trabalhador, o social, o económico e o ambiental: os nove mil trezentos hectares existentes em 1998 viraram vinte e três mil em 2004.

Dentro da história do movimento popular costarricense (comunitário e ecologista) a luta contra os plantios têm deixado várias lições aprendidas. Por exemplo o caso da campanha contra um projeto industrial que incluía doze mil hectares de plantações de melina além da construção de um complexo industrial na zona sul do país. Esta luta ocupa um lugar de grande importância na memória popular pelos ensinamentos que gerou. Este complexo industrial se localizaria na zona sul do país e mexeria com um dos ecossistemas mais importantes e lindos do país: o Golfo Dulce que é, além disso, um dos poucos fiordes que existe em nível mundial.

As lições aprendidas dessa luta podem se sintetizar em:

- A resistência local é um alicerce e um elemento fundamental para qualquer luta, sem ela não pode se atingir êxito nenhum. Esta resistência deve se fortalecer para que quando seja atingido o êxito na luta, a organização comunitária possa trabalhar em diferentes aspectos locais relacionados com a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida da comunidade em geral. As organizações externas que oferecem sua ajuda poderiam melhorar muito seu acionar se desde o começo pensassem que o sucesso de seu trabalho de colaboração vai ser medido sempre que seu afazer não seja necessário e esse fato se traduza no fortalecimento da organização local.

- Os planos de trabalho devem se discutir e se construir em conjunto em nível local desde onde emanam todas as diretrizes e a tomada de decisões do trabalho de resistência e a construção de propostas sustentáveis.

- O trabalho internacional dentro deste esquema é de grande importância, não apenas na procura de apoio e solidariedade, mas também na construção de relações que fortaleçam as propostas sustentáveis e de resistência que surgirem em nível local. Este trabalho é de grande importância no contato com recursos humanos especializados que possam oferecer sua colaboração de análise técnica em áreas nas que for requerida, assim como na procura de recursos financeiros que facilitem o trabalho de resistência.

- A mídia interpreta um papel muito importante e devemos fazer com que esteja do nosso lado. Não importa se os grandes meios não fazem a cobertura da nossa luta se os pequenos a fazem, assim iremos atingindo o público principal e os conhecedores de que os grandes sempre monitoriam as notícias que cobrem os pequenos, em algum momento informarão a respeito da luta da resistência. Sair nos meios é importante mas não é vital e a maioria responde aos mesmos interesses que combatemos nas nossas lutas.

- O judiciário e o científico são apenas instrumentos, importantes mas apenas instrumentos no final. Esta luta de resistência é antes de tudo uma luta política de reivindicação do papel local na definição do modelo de desenvolvimento que as comunidades desejam.

- A institucionalidade pública não deve ser neutral embora assim seja afirmado. Por essa razão envolvemos várias destas instituições públicas na nossa luta para que estiveram a nosso favor. Assim o fizemos ao analisarmos a conjuntura política podíamos visualizar que seu papel se daria nesse sentido. Os neutrais não ajudam na resistência.

- A segurança deve ser levada a sério em todos os planejamentos. Nesta luta perderam suas vidas os ecologistas Oscar Fallas, María del Mar Cordero, Jaime Bustamante e David Maradiaga. Este aspecto deve ser parte do todo planejamento de atividades.

- O setor comunal e o ecologista são novos atores sociais que podem jogar um papel de liderança na construção de alianças do movimento popular. As alianças são de grande importância e é necessário investir o tempo de todos para conseguí-las baseando-se no respeito, na aprendizagem e discussão que permitam a mediano e longo prazo ir tecendo tudo o necessário para construir o país que queremos.

Experiências de luta como esta permitiram na Costa Rica trabalhar mediante campanhas que na atualidade ensinam que o manejo comunitário das florestas e a biodiversidade bem como a construção camponesa e indígena dos direitos que estes atores sociais possuem sobre seu conhecimento tradicional são possíveis. Permitem também construir novos movimentos como o que hoje existe no Atlântico e na zona norte do país contra a cultura do abacaxi, nova ameaça ao ambiente e às comunidades locais costarriquenhas. São sonos que sonhamos e lutando viram a cada dia mais e mais reais.

Por COECOceiba-AT, correio eletrônico: gavitza@racsa.co.cr

ÁFRICA

- África: mapeamento florestal feito pelos seus verdadeiros guardiães

Nas florestas do norte da República do Congo, os Mbendjele são um povo escondido. Vivem só dos recursos da floresta, esta tribo de pigmeus tem coexistido com seu meio ambiente por milhares de anos. Seu impacto sobre a floresta é tão pequeno que é impossível detectar suas atividades de caça e colheita em imagens de satélite.

Porém sua “existência oculta” está sendo ameaçada pelas concessões madeireiras e pelas companhias madeireiras que estão se movilizando para reclamar a madeira. Não entanto, um trabalho dirigido realizado na floresta amazônica no Brasil mostrou que o reconhecimento dos direitos sobre a terra pode ajudar a prevenir desmatamentos ulteriores e é desejável que o reconhecimento dos direitos sobre as terras e as atividades das comunidades indígenas possa apresentar um caminho de avanço para as florestas da África Central.

Dois terços dos dois milhões de quilômetros quadrados das florestas africanas estão localizadas na República Democrática do Congo (DRC, pela sua sigla em inglês) e o Banco Mundial estima que cerca de 35 milhões de pessoas dependem, pelo menos parcialmente, desses recursos. Em Gabão, a maioria das florestas está já ocupada por concessões madeireiras. Em Camarões, as áreas de conservação foram deixadas de lado, mas muitas vezes nessas áreas não se reconhecem as comunidades locais e muitos foram despejados de suas áreas tradicionais.

As florestas tropicais da África Central são de uma importância crítica para os povos indígenas que dependem dos recursos da floresta. Alimentos silvestres são colhidos da floresta junto com plantas medicinais; os produtos florestais providenciam proteção e combustível para se iluminar e cozinhar; sem dúvida toda a comida, combustível e fibras das quais essas comunidades tribais dependem são obtidas da floresta. Porém, com a atividade madeireira industrial, o meio ambiente em que essas comunidades moram está sendo irremediavelmente modificado e, ainda pior, está sendo destruído completamente. Alguns argumentam que as atividades madeireiras trazem emprego, educação e serviços para as comunidades florestais, mas freqüentemente muitas promessas ficam sem serem cumpridas e os benefícios têm vida curta. Enquanto as companhias madeireiras entram, a incidência de malária e HIV/AIDS aumenta e o impacto da extração da madeira ameaça a rica biodiversidade destas antigas florestas.

Usando técnicas modernas de mapeamento, foram utilizadas imagens de satélite para dividir em zonas as florestas de Camarões para determinar as áreas de conservação e as regiões a serem abertas para a exploração industrial. Essas áreas estão aparentemente desabitadas mas as imagens satelitais falham na hora de registrar níveis tão baixos de atividade humana fundo dentro das florestas. Entretanto áreas para uso comunitário são localizadas à beira dos caminhos, zonas nas que existe intensa competição para seu uso na agricultura e na agroflorestação. O conflito foi inevitável já que as comunidades pigmeias Baka não se beneficiaram, seus direitos consuetudinários sobre as terras não foram reconhecidos e suas terras tradicionais não cultivadas foram destruídas.

Mas as comunidades Baka estão começando a aparecer no mapa. Através de trabalho com a Fundação Florestas Tropicais e seu parceiro local, O Centro pelo Meio Ambiente e o Desenvolvimento em Yaoundé, os habitantes locais foram treinados como cartógrafos. Estes mapeadores comunitários começaram a trabalhar com suas comunidades para definir áreas significativas, incluindo terras para caça, áreas para a colheita de produtos específicos da floresta, zonas de pesca e locais sagrados. É desejável que estes mapas revelem o verdadeiro valor das florestas e que os mapas “oficiais” de divisão em zonas e plantas para as concessões madeireiras possam ser modificados para levar em consideração a realidade do modo de vida da comunidade florestal Baka bem como o das comunidades agrícolas Bantu.

A DRC está prestes a experimentar seu próprio exercício florestal de divisão em zonas, patrocinado pelo Banco Mundial. “Isso apresenta uma ameaça, porque o processo do Governo poderia simplesmente repetir o erro da divisão das florestas em zonas feita em outros países, como em Camarões, onde as comunidades florestais sumiram do mapa. Mas também pode ser um verdadeiro espaço de oportunidades.” Diz Simon Counsell, Diretor da Fundação Florestas Tropicais, quem acredita que o mapeamento comunitário na DRC poderia permitir que sejam reconhecidos os direitos sobre a terra tradicional enquanto é desenvolvido o plano de divisão das florestas em áreas. “O processo não é difícil” continua ele. “Embora as comunidades com as que estamos trabalhando sejam iletradas e sem conhecimentos das matemáticas eles são capazes de compreender os princípios do mapeamento e de entender algumas das fantasticamente avançadas tecnologias que estão sendo usadas no processo.”

Usando sistemas geográficos de posicionamento e de informação (GPS e GIS), a equipe da Fundação Florestas Tropicais permitiu que os mapeadores comunitários na área do rio Lopori da Província Equateur cobrissem em apenas uma semana uma área de mais de 1000 quilômetros quadrados e mapeassem locais culturalmente significativos. O resultado foi a produção de um mapa muito mais preciso que o que atualmente tem as autoridades nacionais. Mas para as comunidades em si próprias o mapa revelou as diferentes formas em que a floresta foi utilizada pelos diferentes grupos. Por exemplo, as áreas de caça eram invariavelmente diferentes dos locais onde as mulheres colhiam alimentos silvestres e plantas medicinais. Viu-se que os jovens e os idosos usam a floresta e os produtos florestais de diferentes formas. Porém revelar informação pode também ter seus perigos. Expor o conhecimento indígena pode levar a uma grande exploração se a informação não é utilizada com respeito. Simon Counsell conclui, “É

importante que esta técnica seja usada para fortalecer as comunidades locais desde que é vital que as comunidades conservem a total posse dos mapas. Mas o que nós desejamos fazer é demonstrar o resultado positivo da iniciativa a agências internacionais, como o Banco Mundial para que eles possam ver que as florestas estão sendo manejadas de forma sustentável por essas comunidades, e por meio disso conseguir investimentos em fundos para ampliar a aplicação dessas tecnologias de comunicação baseadas na comunidade.

Por 'New Agriculturalist online', Janeiro 2006, <http://www.new-agri.co.uk/06-1/develop/dev01.html>, enviado por Simon Counsell, E-mail: SimonC@rainforestuk.com, Rainforest Foundation, <http://www.rainforestfoundationuk.org/>

- Camarões: um “plano de zoneamento” que separa as florestas das pessoas

O Camarões tem atravessado uma grande reorganização do seu setor florestal durante as últimas duas décadas. Foi implementado um processo de reforma das políticas, patrocinado pelo Banco Mundial, que deu como resultado a nova Lei Florestal de 1994, que incluiu mudanças aos impostos e regulamentações florestais relativos à assignação de concessões, incluindo o requerimento para planos de gestão, e novas regulamentações para o florestamento comunitário. A implementação da lei florestal baseou-se num plano de zoneamento nacional, mencionado como o *plan de zonage*, que supostamente era um plano preliminar, mas que na prática, foi muitas vezes tomado como um plano definitivo, e que não estava aberto para discussão.

De acordo com a lei, estabelece-se uma distinção fundamental entre as propriedades florestais permanentes (PFE) e as não permanentes (NPFE). A PFE está desenhada para permanecer florestada a longo prazo e inclui floresta estatal, floresta de produção (para extração de madeira), áreas protegidas e reservas florestais, e floresta municipal. A NPFE inclui floresta comunal (na maior parte administrada de acordo com regulamentações locais “tradicionais”), florestas comunitárias (arrendadas a organizações da comunidade) e florestas de propriedade privada. Dentro da PFE, são proibidos os cultivos rotativos e o uso dos recursos florestais é restrito. A NPFE é terra que pode ser convertida para usos não florestais, e é também nesta categoria que todas as atividades agrícolas devem se realizar. Dentro desta categoria, as comunidades podem solicitar florestas comunitárias de até 5.000 hectares, sob arrendamentos de 25 anos, a serem revisados a cada 5 anos. As comunidades podem explorar essas florestas para extração de madeira ou para outros fins, sobre a base de um plano de gestão. Também é possível estabelecer territórios de caça, de até 5.000 hectares, dentro da NPFE. Na prática, estas florestas tem sido vistas como florestas de produção.

A extração de madeira é possível tanto através de concessões florestais, *Unités Foresières d'Aménagement (UFA)*, quanto através das vendas de volume permanentes, *ventes de coupe*. As UFAs estão disponíveis dentro da floresta de produção por um período de 15 anos, até um tamanho máximo de 200.000 hectares. *Ventes de coupe*, que podem ser outorgadas tanto na PFE quanto na NPFE, são reservadas para os nativos, e não podem ultrapassar as 2.500 hectares ou um volume dado de madeira permanente.

Em 1993, foi desenhado um *plan de zonage* para Camarões do Sul, empreendido pelo Departamento das Florestas, com a assistência da firma de consultoria canadense, Tecsuit Inc. No plano resultante, a grande maioria da superfície da terra foi definida como floresta estatal. A superfície total dentro do plano era de 14 milhões de hectares, das quais 9 milhões de hectares foram chamadas como PFE, dois terços das quais eram floresta de produção. Foram estabelecidas franjas de terreno de floresta comunal ao longo das principais estradas, e também em zonas tampão, ao redor das vilas.

O *plan de zonage* foi concebido como um plano de zoneamento preliminar, a ser convertido em um sistema de zoneamento definitivo através da reserva oficial das florestas permanentes (vide Boletim Nº 93 da WRM). Isto, na teoria, dará origem a um processo de consulta com as comunidades locais para determinar os limites entre a propriedade florestal permanente e a não permanente. Mas o resultado do *plan de zonage* claramente reflete as prioridades do governo e os fundadores deste processo, que foram principalmente ingressos da produção de madeira, e até certo grau, conservação da floresta. Em contraste, foi dada pouca atenção às prioridades do povo local, e às comunidades dependentes da floresta. Isto é aparente desde a designação final das zonas, em que perto de 65% da área total em processo de zoneamento foi assignada à PFE, e a maioria desta área designada como floresta de produção. Além disso, as melhores áreas da floresta foram mais frequentemente incluídas dentro desta zona. Desta forma, o povo local foi excluído da propriedade ou administração por motivos econômicos de quase dois terços da superfície da terra, deixando uma área de floresta severamente limitada para cultura ou florestas comunitárias. Ainda dentro destas áreas, os interesses da comunidade concorriam também com a indústria, desde que havia *ventes de coupe* disponíveis dentro da NPFE.

As áreas designadas como NPFE foram identificadas através de imagem satelital e fotos aéreas. Esse método não permite a identificação de áreas nos sistemas agrícola-florestais, velhos terrenos sem cultivar, nem aquelas áreas utilizadas para extração de recursos. Em consequência, muitas das áreas utilizadas pelas populações locais para caça, pesca e recursos de colheita da floresta foram incluídas dentro da PFE, bem como velhos terrenos sem cultivar e sistemas agrícola-florestais, incluindo plantações de cacau. É permitida alguma extração de recursos dentro da PFE, desde que seja com fins de subsistência, mas todas essas atividades são proibidas nas diferentes categorias da área protegida. O cultivo, incluindo o agrícola-florestal, é totalmente proibido. Por conseguinte, muitas populações rurais acharam que suas atividades foram severamente restritas dentro deste zoneamento.

O plano também ocupou-se muito pouco da natureza dinâmica do uso da terra, por exemplo, deixando de lado modelos de cultivos rotativos e a natureza rotativa dos estabelecimentos. Por outra parte, apesar das zonas tampão estarem localizadas ao redor das vilas para futuras necessidades agrícolas, elas foram insuficientes. Foi prestada pouca consideração a outras necessidades, tais como extração de recursos, caça ou florestamento agrícola. Essas atividades podem ser realizadas dentro das florestas da comunidade, mas estas áreas precisam ser definidas dentro da NPFE, e assim concorrem com as necessidades agrícolas bem como com as *ventes de coupe*. As zonas tampão não foram suficientemente grandes como para satisfazer estas diferentes necessidades. Aliás, a restrição das florestas da comunidade à NPFE é indicador da marginalização dos sistemas do povo local da exploração das florestas, favorecendo claramente o sistema aos modelos tradicionais de produção de madeira em grande

escala. A assunção subjacente é que o uso das florestas vai diminuir, e acontecerá uma mudança para uma agricultura estabelecida mais intensiva.

Especialmente desvantajosa é a situação dos Pigmeus, os Baka, Bakola e Bagyéli, porque não foi feita nenhuma concessão para sua particular forma de vida. Aqueles que moravam dentro da floresta encontraram que seus territórios foram incluídos na PFE, dentro da qual eles não podem solicitar florestas comunitárias. Embora pudessem solicitá-las, o tamanho máximo de 5.000 hectares para florestas comunitárias não é bastante como para permitir um estilo de vida de caça e colheita. Ainda aqueles grupos que estão oficialmente “estabelecidos” em vilas continuam a fazer uso extensivo dos recursos florestais, mas isto não foi reconhecido.

A divisão feita entre PFE e NPFE criou uma divisão entre a administração e as populações locais, promovendo o desenvolvimento de estratégias de uso da terra concorrentes. Por exemplo, o processo de determinar os limites entre a PFE e a NPFE promoveu a devastação de áreas florestais pelas populações locais, à medida que procuravam reclamar essas áreas e, dessa forma, fazer retroceder os limites propostos para a PFE. Ainda, o fato de haver diferenças na legislação entre as duas zonas, com regulações mais estritas para a PFE, tem promovido a exploração da floresta dentro da NPFE.

Dessa forma, a *plan de zonage* criou condições perfeitas para o conflito sobre os recursos florestais e, também, conflitos entre as comunidades e as companhias de exploração florestal, as autoridades locais e nacionais, e entre as comunidades, e se tornou endêmico e geral dentro das florestas do Camarões.

Precisa-se de uma focalização mais integrada da gestão das florestas, em que cada uma das diferentes zonas seja parte de um todo muito maior e gerado como parte desta paisagem mais ampla. Sem esta mudança, as florestas comunitárias dentro da NPFE viriam a estar “disseminadas como ilhas num oceano de uso não regulamentado dos recursos florestais”. Da mesma forma, as zonas de conservação e as áreas agrícolas poderiam se tornar ilhas em uma expansão da floresta de produção.

Uma focalização mais integrada promoveria a idéia da propriedade comum dos recursos, e evitaria uma situação em que os interessados se retirassem à suas respectivas áreas de gestão dentro da NPFE ou da PFE.

Adatado de: “Florestas Divididas: Em prol de um Zoneamento mais Justo das Terras da Floresta”, The Rainforest Foundation,
<http://rainforestfoundationuk.org/files/Divided%20Forests.pdf>

- Gana: um dique na beira das florestas

O governo de Gana e a Sino Hydro, a companhia de construção chinesa, assinaram um memorandum de entendimento e um contrato por 500 milhões de dólares para realizar a construção do Dique Bui. Dos milhões de dólares foram assignados para o Estudo de Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) desenhado para preparar o terreno para o início do projeto, que tem permanecido em estado stand-by durante décadas. Apesar do desastre ambiental provocado pelo dique Akosombo do Banco Mundial em Gana

(utilizado para energia a baixo custo para processar bauxita extraída na Jamaica) e a sua falha em atingir as expectativas de geração de energia, o novo projeto de dique foi reiniciado com a intenção de evitar o custo crescente de operação de fábricas termais com petróleo.

O reservório do dique projetado abasteceria de água a uma extensa área do Parque Nacional Bui, levando água para os últimos habitats remanescentes para hipopótamos em Gana, a moradia de perto de 150 hipopótamos e muitos anfíbios, borboletas, pássaros e diferentes primatas em perigo de extinção (vide o Boletim Nº 46 do WRM). “Ao contrário de crenças amplamente difundidas pelos proponentes do dique de que os hipopótamos e as outras espécies em risco de extinção no parque serão relocados quando começar a construção do dique”, diz uma reclamação apresentada à Comissão Mundial sobre Diques (WCD), “os conservacionistas entrevistados respondem que os hipopótamos em particular não podem sobreviver em nenhum lugar fora do parque nacional BUI devido à sua natureza única. Por outra parte, o departamento de vida selvagem e caça está sem dinheiro comos para suportar o custo envolvido no resgate dos animais em Bui e enviá-los aos supostos ‘refúgios seguros’.”

O projeto do dique Bui requererá a relocação forçada de mais de 2.500 pessoas e vai também produzir outros sérios impactos ambientais, tais como a mudança do regime de fluxo do rio que vai causar dano nos habitats rio abaixo. Um recente estudo feito pela Universidade de Aberdeen revelou que o rio Black Volta tem 46 espécies de peixes de 17 famílias, todas de importância econômica. Estas comunidades de peixes nativas poderão ser seriamente afetadas pelas mudanças na temperatura de água, a poluição e as barreiras que vão bloquear a sua migração ao longo do Black Volta. As florestas que servem como terreno para desovação dos peixes também serão destruídas. Doenças provenientes da água também poderão ocorrer caso o dique seja construído, dizem os críticos. Shistosomiase em particular poderia se estabelecer no reservório, com sérios riscos de saúde para o povo local.

A região não desconhece o deslocamento e as epidemias. Em 1965, 80.000 granjeiros foram deslocados devido à construção do dique Akosombo, que naquela época levava água a mais terra do que qualquer outro projeto hídrico, aproximadamente 8.500 km quadrados. Isto levou a epidemias de malária, bilharzias, e outras doenças provenientes da água. Entre 1978 e 1981, o dique Kpong deslocou a 6.000 pessoas, causando conflitos de relocação, supostamente piores do que tinha acontecido previamente.

O parque Bui está situado no centro-oeste do país, contra a fronteira internacional com Côte d'Ivoire, e está dividido em dois pelo rio Black Volta. A vegetação é predominantemente florestas de savana, com áreas de pasto e pedaços de floresta nas ribeiras ao longo do rio Black Volta e outros pequenos rios no parque. Estas florestas nas ribeiras do rio são as florestas desse tipo melhor preservadas ao longo do Black Volta e, provavelmente, a única floresta desse tipo em todo o sistema Volta.

Por outro lado, existem também preocupações sobre a factibilidade de um dique hidroelétrico em um rio que aparentemente é altamente estacional. Aparentemente os ghanianos poderiam acabar pagando um preço bastante elevado pela eletricidade!

Um artigo baseado em informação de: “Gana: Tudo Pronto para o Dique BUI”, Graphic Gana, divulgado por Pambazuka News 228, <http://www.pambazuka.org/index.php?id=30110>; “Dams Incorporated. O Registro de Doze Companhias Europeias

de Construção de Diques”, Chris Lang, Nick Hildyard, Kate Geary e Matthew Grainger, publicado pela Sociedade Sueca para Conservação da Natureza,
<http://www.thecornerhouse.org.uk/item.shtml?x=52008#index-01-03-00-00-fn019ref>;

- Libéria: ação legal contra Firestone por escravidão e trabalho infantil em plantações de seringueiras

Em novembro de 2005, O Fundo Internacional pelos Direitos Trabalhistas (ILRF, pela sua sigla em inglês) propôs uma demanda por um caso de reclamação de danos provocados por estrangeiros em uma Corte Local dos Estados Unidos de América na Califórnia contra a Bridgestone companhia produtora de borracha, alegando “trabalho forçado, o equivalente moderno da escravidão” na plantação da Firestone em Harbel na Libéria, que forma parceria com a Bridgestone.

“Os trabalhadores da plantação alegam, entre outras coisas, que eles ficaram presos pela pobreza e a repressão em uma plantação que ficou congelada no tempo operada pela Firestone do mesmo jeito que era operada quando foi aberta pela Firestone em 1926.” Afirma-se na ação legal. Ainda é pior, na verdade as condições têm se deteriorado desde aquela data.

A plantação de um milhão de acres foi estabelecida esse ano, quando Harvey Firestone obteve um arrendamento de 99 anos sobre as terras, em troca de um empréstimo brando de 5 milhões de dólares para ajudar o governo da Libéria a pagar suas dívidas com os EUA. A terra, de fato, pertencia e era habitada originariamente pelas tribos Mamba Bassa que foram despejados de suas terras pela companhia e pelo Governo da Libéria sem outorgar benefício algum a esses habitantes locais (vide boletim Nº 94 da WRM).

O diretor executivo do ILRF, Terry Collingsworth introduziu a ação legal em nome de doze trabalhadores liberianos e seus vinte e três filhos, que se mantêm no anonimato para protegê-los de represálias.

O liberiano Emira Woods, um pesquisador do Instituto de Estudos Políticos, fez um relatório a respeito das condições na plantação da Firestone. Segundo Collingsworth “os pontos fortes do caso são, infelizmente, as extremas violações dos direitos humanos na plantação – o trabalho infantil está por tudo quanto é lado e o trabalho adulto forçado é a norma.”

Também apoia o caso uma entrevista da CNN em novembro de 2005 a Dan Admonitis, presidente de uma subsidiária da Firestone, na que ele discutiu a quantia de borracha obtida das árvores diariamente pelos trabalhadores. “Cada furador pode furar 650 árvores por dia, eles demoram , talvez, um par de minutos em cada árvore” declarou Mr. Admonitis. “seiscentos e cinquenta árvores por dia, dois minutos por árvore, dá 1.300 minutos, quer dizer mais de 21 horas de trabalho por dia,” salientou Femi Oke, o anfitrião da CNN.

Dan MacDonald, diretor de relações com a mídia da Bridgestons-Firestone, procurou contextualizar a declaração de Mr. Admonitis, indicando que “um par de minutos” é “uma metáfora”. Mr. MacDonald explicou que os trabalhadores furavam as árvores pela manhã e depois voltavam pela tarde para colher o látex, quer dizer que eles devem

visitar cada uma das 650 árvores duas vezes. “a maioria dos furadores trabalha de sete a oito horas por dia” disse Mr. MacDonald. “A cota diária é suficiente para um salário mínimo.”

Um dia de trabalho de oito horas tem 480 minutos nos quais se devem visitar 650 árvores duas vezes, além de fazer outras tarefas necessárias como limpar os punções, aplicar pesticidas e fertilizantes às árvores e carregar baldes de 75 libras de látex até os pontos de colheita a quase uma milha de distância – tudo por US\$ 3,19 por dia. A ação legal (que argumenta que a cota de 650 árvores por dia “não é verdade” e localiza o número real bem por encima) menciona que as condições têm piorado verdadeiramente desde 1926, citando um estudo de 1956 que declara uma cota diária de entre 250 e 300 árvores e uma cota diária de entre 400 e 500 árvores em 1979.

“Sem qualquer avanço tecnológico e com uma cota entre duas e quatro vezes maior que em relatórios anteriores, o sistema requer que hoje cada furador, para atingir sua cota diária, procure um o mais “ajudantes” gratuitos” declara a demanda. “obviamente os únicos ajudantes disponíveis em estas condições são os próprios filhos dos furadores.” “Os inspetores e supervisores na Plantação da Firestone, não só sabem disso, como também animam essa prática e chegam até a exigí-la” acrescenta. “Talvez antecipando-se a esta ação legal, nos começos de setembro de 2005, a Plantação Firestone emitiu uma diretiva na que se declarava que o trabalho infantil já não era permitido na plantação.”

Mr. MacDonald refutou essa afirmação.” Nós aplicamos, há muitos anos, uma política contra o trabalho infantil – existem rigorosas normas proibindo o uso de crianças como trabalhadores,” disse ele. “Nós publicamos uma diretiva dessa política porque queríamos reiterar e reafirmar a política que está em vigor porque queremos que as pessoas saibam exatamente quais são as diretivas e as expectativas.”

Mr. Collingsworth, que espera que a companhia responda formalmente perante a corte daqui a duas semanas, resume sua opinião a respeito do caso sucintamente. “Este caso mostra, na era das relações públicas, códigos de conduta e de negócios “socialmente responsáveis” que uma grande multinacional vai fazê-lo se não for punido por isso.” Ele disse.

Baseado no artigo “Alien Tort Claims Act Lawsuit Alleges Slavery and Child Labor on Liberian Firestone Plantation, by William Baue, SocialFunds.com, Dezembro 30, 2005, News and Press, http://www.laborrights.org/press/Firestone/socialfunds_123005.htm

ÁSIA

- Bangladesh: as florestas de mangues, mais generosas do que a indústria do camarão

Os mangues, equivalente na beira-mar das florestas tropicais na terra, são também chamadas de “florestas de água salgada”, tem fornecido formas de vida a uma quantidade de nativos (vide Boletim Nº 51 do WRM). A Sundarbans, a maior floresta de mangues da beira-mar do mundo, ocupa quase 6.000 milhas quadradas da Índia e Bangladesh, uma barreira natural contra tsunamis e freqüentes ciclones que sopram desde a Baía de Bengala. Com raízes que toleram a água do mar, os mangues da floresta

crecem até 70 pés de altura ou mais em ilhas de camadas de areia e argila cinza, depositadas por rios que correm a mais de milhares de milhas, desde os Himalayas até a Baía de Bengala.

Durante os últimos 20 anos, os exportadores de camarão e lagostim têm ocupado milhares de campos de arroz e outras fazendas e as tem inundado com água de mar para criar crustáceos.

Apertados entre a selva e milhares de granjas de camarão e lagostim em expansão, como mínimo 100.000 povoadores em Bangladesh se arriscam a ataques de tigres aos peixes, cortam árvores e colhem mel na floresta de Sundarbans. “Para milhares de famílias que se negam a ir embora, a única opção que lhes resta e o difícil trabalho de colher mel, pescar ou cortar árvores na floresta de mangues”, disse Abdul Haque, um professor numa vila na ilha de Gabura, que fica em uma região com uma das maiores concentrações de granjas de camarão e lagostim de Bangladesh, e se estende por quase 50 milhas para dentro do continente.

“Ao dar arrendamento da nossa terra aos ricos comerciantes de camarão, temos sido as piores vítimas,” ele disse. “Eles fizeram um único pagamento por nossas terras e nós o gastamos rapidamente. Agora, quando tudo foi dito e feito, não podemos plantar vegetais nem árvores aqui. Não há dúvida de que as pessoas tem medo de entrar na selva. Mas quando começam a ter fome, são obrigados a fazê-lo.”

Muitos povoadores entram na floresta para cortar árvores para fazer jangadas de pesca ou para fornecer as fábricas que fazem painéis de madeira dura para móveis e construções, e outros produtos de madeira. Os caçadores de mel às vezes tem o trabalho mais arriscado, procurando os ninhos das abelhas em vegetação tão densa que a única maneira de entrar é caminhar com as mãos e os joelhos. Cada primavera, os caçadores de mel se endividam para alugar jangadas para a sua viagem através de um vasto labirinto de rios e canais de água salgada e lama que serpenteiam ao redor de milhares de ilhas na selva. Eles tem que fazer estoque de alimentos e suprimentos para as viagens que duram até três meses. E eles tem que molhar a mão dos corruptos oficiais florestais.

Empurrados na profunda floresta de mangues pela cria de camarão, os caçadores de mel das vilas tem que lutar pelo ouro líquido, defendido por animais da floresta tais como pítons, cobras rei, crocodilos e os tigres de Bengala que comem humanos. Porém, a floresta de mangues é muito mais generosa do que a indústria do camarão.

Artigo baseado em informação de: "A Atração do Ouro Líquido", Paul Watson, Los Angeles Times, divulgado pelo Projeto de Ação dos Mangues (MAP), http://www.earthisland.org/map/ltfrn_166.htm

- Índia: Adivasis mortos a tiros defendendo sua terra contra o tomada de posse da Tata Steel

Apenas começou o ano, uma tragédia teve lugar no distrito Jajpur de Orissa em Kalinga Nagar.

Durante muitos meses, os membros das tribos locais e outros povoadores da vila entraram em uma amarga luta para evitar o deslocamento pelo projeto de aço da Tata Industries, uma companhia com uma longa trajetória de deslocamento de pessoas e exploração dos seus recursos naturais. Uma tentativa anterior de iniciar a construção em Kalinga Nagar foi impedida pelos povoadores locais em maio do ano passado.

Em 2 de janeiro, o povo local se reuniu no local proposto para a construção da fábrica de aço da Tata Steel. Quando os bulldozers entraram em ação, os homens e mulheres, armados com armas tradicionais, se fecharam ao redor do local. Porém, houve estritas instruções do Secretariado do Estado de facilitar a construção. Foram disparadas balas de borracha, e bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas à multidão de agitadores, sem qualquer resultado. Doze adivasis foram silenciados com a morte.

À medida que o governo fazia esforços para acalmar a crise, o povo continuava o bloqueio na estrada, mantendo os 12 cadáveres na estrada. Eles cremaram os corpos à última hora da tarde, depois de que alguns ativistas sociais os convenceram. As mortes uniram o povo tribal e eles juraram no funeral que não deixariam nem uma polegada da terra dos seus ancestrais para nenhuma indústria.

O governo tinha decidido passar milhares de acres da terra dos adivasis para a construção de minas, indústria e mega projetos semelhantes. Se este projeto for realizado, então 55.000 dos adivasis, somente em Jharkhand, serão deslocados. Em resposta a esta ameaça, durante os últimos seis meses, estas vilas formaram Bhumi Suraksha Sangatans (Organizações para a Proteção das Nossas Terras) que tem organizado com sucesso até o presente “Janata Curfews” impedindo que qualquer Governo ou pessoal de qualquer companhia de mineração entre nas suas vilas. Um novo movimento de resistência nasceu.

Numa carta enviada no ano passado por Chakradhara Haibru, Presidente da Visthapan Virodhi Manch – à organização que lidera a resistência ao deslocamento—à Junta de Controle da Poluição do Estado de Orissa, ficou clara a posição do povo local: “A zona central (da fábrica da Tata Steel) não é um terreno baldio. (Ela) consiste de verdes morros com magníficas florestas, povoações tribais de mais de dez mil pessoas disseminadas em dois grama panchayats (conselhos eletivos da aldeia), terras de agricultura, antigos tanques, campos de pastagem, terras e caminhos comuns de vilas”. “20% da área do Projeto tem floresta de qualidade onde as espécies de madeira tipo Sal, Kuruma, Vandan, Ashan e Piasal, além de Mahula, Kendu estão disponíveis em quantidade nesta parte.” “A área total de terreno baldio é menor de 5 acres na parte norte. Por quê a zona central é descrita como TERRENO BALDIO, ignorando a realidade do solo?” “Vai nos doer muito se se cria a impressão de que os membros da tribo em Kalinga Nagar foram mortos porque pediam maior retribuição ou melhor pacote de reabilitação. O problema é bem diferente do que foi apresentado nos meios de comunicação.”

Aprendendo da experiência amarga, a carta continuava dizendo: “O relatório (da Junta Estatal de Controle da Poluição) procura dar a impressão de que, pelo projecto TSL (da Tata Steel), seria gerado emprego direto e indireto e o impacto seria vantajoso para o ambiente humano. Nós acreditamos, o relatório procura salientar, que as pessoas na zona tampão levarão uma vida desenvolvida e próspera – com melhor comida, melhor saúde, melhores condições de moradia, instalações educativas e culturais. Esta é uma falsa imagem para a ampla maioria dos trabalhadores nessa área.

O plano de expansão “Secretive” de Kalinga Nagar pelo Governo de Orissa, para adquirir quase 200 Km² para o complexo industrial, infraestrutura e outros propósitos, deixará a todos os camponeses desta zona sem terra. A maioria deles ficará sem lar e procurará refúgio em colônias do Governo. Haverá uma séria falta de água e ampla poluição do ar pelo efeito do complexo industrial. No entanto, as principais terras para agricultura estão sendo compradas por algumas companhias privadas através de negociações ilegais, deixando aos camponeses sem terra. Os funcionários do Governo estão confabulando com os agentes da terra para a aquisição da terra dos camponeses pobres.

A maioria dos membros tribais que se enfrentam a estes deslocamentos não tem direitos legais sobre a terra onde estão seus lares e a terra de agricultura. Por isso o pacote de compensação de um pedaço de terra de 10 decimais numa colônia de reabilitação e 50.000 rupias para construir uma casa “pucca” de uma habitação não lhes dá segurança nem por um dia. É que eles não tem um trabalho permanente para ganhar o sustento. Separados do seu estilo de vida tradicional, vivendo da agricultura e da colheita de alimentos, não é possível nem imaginar que estas pessoas poderão ser capazes de ganhar o suficiente na colônia como para aguardar um trabalho nas fábricas. Depois de tudo, eles não são elegíveis para obter um tratamento preferencial no mercado de trabalho de Kalinga Nagar. Eles não perdem a terra por decisão do Governo. Temos o exemplo da situação difícil das pessoas deslocadas que moram na colônia de reabilitação de Gobarghati, que ganham o seu sustento, homens, mulheres e crianças, em fábricas de trituradores. Eles choram pela sua presente desgraça e maldizem às Autoridades da Fábrica Nilachal por culpa de quem perderam seus lares e terras.

Nós, os membros da tribo, 10.000 em número mais os 50.000 outros membros da tribo na zona tampão estamos em contra do deslocamento dos nossos lares e terras de agricultura. De forma que também as 50.000 pessoas de Dalit estão em contra dos projetos em Kalinga Nagar. Em relação com isto, não concordamos nem aceitamos o sonho de ‘desenvolvimento’ que nos é oferecido, de acordo com o relatório. Não estamos preparados para não ter casa nem terra, nem trabalho. Não queremos perder o nosso tradicional estilo de vida e cultura.

Artigo baseado em informação de: “Não aceitamos o ‘sonho de desenvolvimento’ que nos é oferecido!”, Chakradhara Haibru, Bistapan Virodhi Janamancha, <http://www.minesandcommunities.org/Action/press864.htm>; “Versão do Povo sobre os despedidos de Kalinganagar em 2 de janeiro de 2006, Mídia Independente, <http://samajwadi.blogspot.com/>

- Indonésia: o Deutsche Bank sai do projeto de polpa de madeira da UFS

Os planos da United Fiber System de construir um império de polpa de madeira em Kalimantan recebeu um golpe em janeiro de 2006, quando o Deutsche Bank confirmou que ele deixava o seu papel de assessor financeiro para a UFS. Cinco meses atrás, a UFS anunciou que tinha nomeado à Agência de Cingapura do Deutsche Bank como Assessor Financeiro para uma proposta de aquisição do moinho de polpa de madeira Kiani Kertas em Kalimantan do Leste.

Michael Hoelz, diretor gerente do Deutsche Bank, confirmou em uma declaração a ONGs alemãs que o “Deutsche Bank não tem mais mandato da UFS”.

O Deutsche Bank retirou-se depois de ser pressionado pela urgewald, Robin Wood, Rettet den Regenwald e Global 2000 (Amigos da Terra Áustria). Em novembro de 2005, ativistas de Robin Wood colocaram um cartaz nos escritórios do Deutsche Bank em Frankfurt. “Temos a certeza de que os clientes e acionistas do Deutsche Bank não estariam de acordo com a participação do Banco em negócios que destroem as florestas úmidas disse Peter Gerhardt da Robin Wood.

O moinho de polpa de madeira de 525.000 toneladas por ano de Kiani Kertas foi instalado pelo, agora em desgraça, barão da madeira Bob Hasan. Hasan era ministro do governo e amigo íntimo do ditador indonésio Suharto. Depois da queda de Suharto, Hasan foi para prisão por corrupção. Kiani Kertas nunca operou com capacidade completa e gerou uma dívida de mais de US\$1.1 bilhão.

Stephanie Fried, científico senior da Defesa Ambiental, passou dois anos, no início da década dos 90, morando com os Indígenas de Bentian em Kalimantan do Leste. Ela documentou como estavam instaladas as plantações para alimentar o moinho Kiani Kertas. A primeira coisa que o povo de Bentian soube sobre as plantações propostas foi o ruído das motosserras nas florestas da sua família. A companhia destruiu seus jardins, árvores frutais, e as florestas. Os trabalhadores saquearam os túmulos ancestrais de Bentian com seus bulldozers. A companhia tomou toda a madeira boa e entre 70 e 80 por cento da terra foi simplesmente queimada e abandonada. A companhia não deu nenhuma compensação.

Um grupo de povoadores de Bentian foi até o viveiro da companhia e pediu para falar com a companhia. Em vez de representantes da companhia, apareceram 200 militares. Eles levaram os povoadores para a prisão, os torturaram, colocaram os canos dos revólveres nas bocas e orelhas deles, os queimaram com cigarros e ameaçaram com matá-los.

Além dos planos de tomar posse do Kiani Kertas, a UFS planeja construir o moinho de polpa Satui, um moinho de 600.000 toneladas por ano em Kalimantan do Sul e um moinho de chips de madeira de 700.000 toneladas por ano em Pulau Laut, uma ilha ao sueste da beira de Kalimantan do Sul.

Em 2002, a UFS assinou um contrato para construir o moinho de polpa Satui com a China National Machinery and Equipment Import and Export Corporation (CMEC), uma empresa estatal chinesa. De acordo com o contrato, a CMEC financiará 80 por cento do projeto enquanto a UFS é responsável pelo 20 por cento restante. Dois anos atrás, o presidente da UFS, Sven Edström, disse aos pesquisadores do Centro para Pesquisa Florestal Internacional em Bogor, Indonésia, que ele não sabia nada sobre o registro ambiental da CMEC. De fato, a CMEC nunca antes construiu um moinho de polpa de madeira.

No final de 2003, a UFS solicitou um seguro contra risco político da Agência de Garantia ao Investimento Multilateral (MIGA) do Banco Mundial. Depois de uma campanha da ONG, a UFS retirou o pedido à MIGA. Em 2002, uma subsidiária da

firma holandesa Akzo Nobel retirou-se do projeto do moinho de polpa de madeira Satui, pouco depois de que Milieudefensie (Amigos da Terra os Países Baixos) protestaram na frente da casa matriz da companhia em Arnhem.

Já começou a construção do moinho de chips de madeira da UFS, com financiamento da CMEC e do banco austriaco Raiffeisen Zentralbank. A companhia de maquinaria de polpa de madeira e papel Andritz assinou um contrato com a UFS para fornecer a maquinaria tanto para o moinho de chips de madeira quanto para o de polpa de madeira Satui.

A UFS está cotizada em Cingapura e pertence a uma série de companhias registradas nas Ilhas Virgens Britânicas. Uma das companhias, a Tektronix é de propriedade dos CEOs e Diretores da CellMark com base na Suécia, a maior companhia mundial de marketing para polpa de madeira e papel. A CellMark tem um contrato com a UFS para a compra de 90 por cento da produção do moinho de polpa de madeira Satui durante os primeiros dez anos de operação.

Em uma conferência de imprensa em Frankfurt, em janeiro de 2006, as ONGs receberam com agrado a decisão do Deutsche Bank de retirar-se de todo envolvimento com a UFS. Lydia Bartz da ONG Urgewald alemã disse: "o Deutsche Bank deveria desenvolver normas sociais e ambientais" para evitar participar em projetos como o da UFS.

Longgena Ginting, de Amigos da Terra International, explicou que o problema é a enorme sobrecapacidade da indústria de polpa de madeira e papel na Indonésia. Mais de três milhões de hectares de floresta por ano são cortadas em forma destrutiva ou ilegal – grande parte dela para alimentar a indústria de polpa de madeira. "Existe um vínculo muito forte entre os financistas, as firmas de consultoria e os fornecedores de maquinaria na Europa e a destruição das florestas e formas de vida na Indonésia," ele disse.

Daniel Hausknost, da Global 2000, acrescentou que Andritz e Raiffeisen Zentralbank ainda estão envolvidos nos projetos da UFS. Eles deveriam seguir o exemplo do Deutsche Bank e sair deles.

Em janeiro de 2005, Andreas Ecker, Diretor de Comunicações do Raiffeisen Zentralbank disse a Global 2000 e à Defesa Ambiental que desejava que o banco não tivesse se envolvido nunca com a UFS. "Estariamos contentes se não tivéssemos investido neste projeto," ele disse. "Trouxe muitos problemas."

Por Chris Lang, e-mail: chrislang@t-online.de

- Tailândia: extensa caminhada pela atividade florestal comunitária

Phrue tem caminhado por 49 dias. Junto com noventa e oito colegas ele começou em 7 de novembro uma épica caminhada desde Chiang Mai até Bagkok para salvar o componente popular do Projeto de Lei das Florestas Comunitárias da Tailândia (CFB, pela sua sigla em inglês).

O projeto de lei que originariamente foi levado em frente por organizações de agricultores e ONGs para que as comunidades pudessem proteger suas florestas, corre agora perigo de dar a volta por cima e virar seu oposto. Em setembro de 2005 o comitê que supervisiona o rascunho do projeto de lei decidiu proibir as floresta comunitárias em áreas especiais de conservação (vide o boletim N° 99 do WRM).

Para Phrue, um Chgor Karen da província de Chiang Mai, isso poderia trazer décadas de injustiça nas mãos do Departamento Florestal Real (RFD, pela sua sigla em inglês) e ameaçaria sua comunidade, com despejos, e seu jeito de viver.

Sua vila, Ban Pa Khuanai, exemplifica o conflito entre dois paradigmas contraditórios de manejo florestal que têm sido muito intensos na Tailândia por mais de um século. Os Karen estavam usando a floresta de forma sustentável desde muito antes de que o RFD fosse fundado. Segundo Phrue, natureza, floresta, terra e água têm espírito. Crenças culturais e superstições protegem algumas áreas como cemitérios florestais e lugares sagrados. O uso da floresta e o corte de uma árvore são feitos com respeito pela intreconexão da todo tipo de vida.

Mas este relacionamento com a floresta foi ameaçado, primeiro pela concessão dada pelo RFD para o estabelecimento de uma companhia madeireira e depois pela notificação de que sua floresta e seus lares se encontravam dentro da uma reserva de floresta nacional e de um parque nacional. Os moradores liderados pelo professor ativista Nit, lutaram. Nit foi morto por liderar a luta contra os lenhadores mas eventualmente os moradores prevaleceram e ganharam o direito de manejar sua floresta com a permissão das autoridades locais.

O CFB na sua forma presente poderia deixar sem qualquer segurança legal a Phrue e seus vizinhos, e poderia debilitar seus esforços para proteger a floresta. Por isso, moradores do Norte se pusseram a caminho de sua “Caminhada Natural” (Thammachat Yatra) para mostrar sua determinação de lutar por sua forma de vida. Como foi marcada uma reunião de gabinete para discutir o projeto de lei a meados de dezembro, os caminhantes decidiram viajar até Bangkok de caminhão depois de ter chegado a Phitsanulok. Milhares de agricultores se uniram a eles desde o Norte e o Nordeste.

Phrue, não obstante, tinha feito o juramento de que caminharia desde sua casa até Bangkok, então continuou só. Depois de um tempo se uniram a ele mais seis. Na sua viagem se encontrou com uma impressionante solidariedade. Cada noite, eles são convidados para dormir no templo local os nos escritórios do sub-distrito. Moradores da área lhes levam comida e muitas vezes é organizado um encontro ou um intercâmbio onde os caminhantes explicam por que eles estão lutando e por que as florestas são mais que apenas um recurso a ser explorado. Eles esperam chegar a Bangkok a finais de dezembro e se unir a uma série de eventos e assim ganhar o apoio das pessoas da atividade florestal comunitária

Por Oliver Pye, E-mail: oliver.pye@uni-bonn.de, Fonte: Entrevistas e observação participativa com caminhantes e ativistas das ONGs que os apoiam . Por mais informações, www.pachumchon.com

* CAMPANHA PLANTAÇÕES

- O cultivo mais destrutivo sobre a face da terra não é solução para a crise de energia

Durante os últimos dois anos fiz um descobrimento desagradável. Como muitos ambientalistas, estive cego diante das preocupações que afetam a nossa fonte de energia, como meus oponentes estiveram às mudanças no clima. Agora vejo que eu acreditava na magia.

Em 2003, o biólogo Jeffrey Dukes calculou que os combustíveis fósseis que queimamos em um ano estão feitos por matéria orgânica “contendo 44 x 10¹⁸ gramas de carbono, que é mais de 400 vezes a produtividade primária neta do biota atual do planeta”. Traduzindo para linguagem comum, isso significa que cada ano utilizamos quatro séculos de plantas e animais.

A idéia de que podemos simplesmente substituir esse legado fóssil – e a extraordinária densidade de energia que nos dá – com a energia ambiente é matéria de ciência ficção científica. Simplesmente não há substituto para isso. Mas se procuram substitutos em todos os lugares. Estão sendo promovidos hoje em reuniões sobre clima em Montreal, por estados – como o nosso – que procuram evitar as duras decisões que exigem as mudanças de clima. E ao menos um substituto é pior do que a queima de combustível fóssil que substituí.

A última vez que dirigi minha atenção às dificuldades de fazer óleo diesel a partir de óleos vegetais, recebi mais insultos dos que senti por minha posição a respeito da guerra do Iraque. Os missionários do biodiesel, descobri, são tão vociferadores em sua negação quanto os executivos da Exxon. Estou agora preparado para admitir que minha coluna anterior estava errada. Mas eles não vão gostar. Eu estava errado porque subestimei o impacto destrutivo do combustível. Antes de continuar, devo esclarecer que voltar para a gordura de excremento usada em combustível para motor é uma coisa boa. As pessoas tropeçando todo o dia em contêiners de lixo estão prestando um serviço para a sociedade. Mas há resíduo de óleo para cozinhar bastante no Reino Unido para atingir a 380ª parte da nossa demanda por combustível para transporte terrestre. Depois disso, surgem os problemas.

Quando escrevi sobre isto no ano passado, pensei que o maior problema causado pelo biodiesel era que criava uma concorrência pelo uso da terra. A terra arável que, de outra forma, teria de ser utilizada para plantar comida, seria, pelo contrário, utilizada para plantar combustível. Mas agora vejo que está acontecendo uma coisa ainda pior. A indústria do biodiesel inventou acidentalmente o combustível mundial mais intensivo em carbono.

Ao promover o biodiesel – como fazem a UE, o governo britânico e o dos EUA e milhares de defensores do meio ambiente – a gente pode imaginar que está criando um mercado para gordura de excremento velha, ou óleo de semente madura, ou óleo de algas que crescem em viveiros no deserto. Na realidade a gente está criando um mercado para a cultura mais destrutiva do planeta.

Na semana pasada, o presidente da autoridade de desenvolvimento da terra federal da Malásia anunciou que estava por construir uma nova fábrica de biodiesel. A sua foi a

nona decisão desse tipo em quatro meses. Quatro novas refinarias estão sendo construídas na Península de Malásia, uma em Sarawak e duas em Rotterdã. Dois consórcios estrangeiros – um alemão e outro americano – estão estabelecendo fábricas rivais em Cingapura. Todas elas vão fazer biodiesel da mesma fonte: óleo de palma.

"A demanda por biodiesel," informa o Malaysian Star, "virá da Comunidade Européia... Esta nova demanda ... tomaria, pelo menos, a maioria dos inventários de óleo cru de palma da Malásia." Por quê? Porque é mais barato que o biodiesel feito a partir de outro cultivo.

Em setembro, Friends of the Earth (Amigos da Terra) publicou um relatório sobre o impacto da produção de óleo de palma. "Entre 1985 e 2000", informou, "o desenvolvimento das plantações de palmas de óleo foi responsável por um estimado 87 por cento do desflorestamento da Malásia". Em Sumatra e Bornéu, umas 4 milhões de hectares de floresta foram convertidas em granjas de palmas. Agora, 6 milhões de hectares estão programadas para ser limpadadas na Malásia, e 16.5 milhões na Indonésia.

Quase toda a floresta restante está em perigo. Inclusive o famoso parque nacional Tanjung Puting em Kalimantan está sendo devastado por plantadores de óleo. O orangotango está em perigo de extinção em estado selvagem. Os rinocerontes, tigres, gibões, tapires, macacos proboscis e milhares de outras espécies na Sumatra poderiam correr o mesmo risco. Milhares de indígenas tem sido afastados de suas terras, e perto de 500 indonésios tem sido torturados quando tentaram se resistir. Os incêndios nas florestas que frequentemente tornam a região em fumaça são geralmente começados pelos produtores de palma. A região inteira está se tornando um gigantesco campo de óleo vegetal.

Antes de plantar as palmas de óleo, que são pequenas e cheias de mata brava, é preciso derrubar e queimar vastas florestas de árvores que contêm um depósito muito maior de carbono. Havendo esgotado as terras mais secas, as plantações estão se deslocando para as florestas úmidas, que crescem na turba. Uma vez cortadas as árvores, os plantadores secam o solo. À medida que a turba se seca, ela se oxidiza, liberando ainda mais dióxido de carbono que as árvores. Em termos do seu impacto tanto no ambiente local quanto global, o biodiesel de palma é mais destruidor do que o óleo cru da Nigéria.

O governo britânico entende isto. Em um relatório publicado no mês passado, quando foi anunciado que obedeceria a UE e asseguraria que 5.75% do combustível para transporte viria de plantas para o 2010, admitiu "os principais riscos ambientais provavelmente serão os relativos a qualquer grande expansão da produção de matéria prima para biocombustível, e particularmente no Brasil (pela cana de açúcar) e o sueste da Ásia (pelas plantações de óleo de palma)."

Sugeri que a melhor forma de solucionar o problema era evitar a importação de combustíveis destrutivos do meio ambiente. O governo perguntou a seus consultores se uma proibição infringiria as regulamentações comerciais mundiais. A resposta foi sim: "Os critérios ambientais obrigatórios... aumentariam em grande medida o risco de desafio legal internacional à política como um todo." Dessa forma abandonou-se a idéia de proibir as importações, e sugeri "alguma forma de plano voluntário" no seu lugar. Sabendo que a criação deste mercado levará a um massivo auge das importações de óleo de palma, sabendo que não é possível fazer nada significativo para evitá-lo, e sabendo

que vão acelerar em vez de diminuir as mudanças no clima, o governo decidiu continuar com isso de todas as formas.

Em outro momento desafia a UE. Mas o que a UE deseja e o que o governo deseja é a mesma coisa. “É essencial que equilibremos a crescente demanda por viagens,” diz o relatório do governo, “com nossos alvos para proteger o meio ambiente.” Até recentemente, tínhamos uma política de reduzir a demanda pelas viagens. Agora, embora não foi feito qualquer anúncio a respeito, essa política desapareceu. Como os ‘tories’ (conservadores britânicos) em inícios da década dos 90, a administração de Trabalho procura acomodar a demanda, porém a eleva. As cifras obtidas a semana pasada pelo grupo de campanha Road Block mostram que só para o alargamento da M1 o governo pagará £3.6 bilhões – mais do que está gastando em todo o seu programa de mudança de clima. Em vez de procurar reduzir a demanda, está procurando mudar o suprimento. Está preparado para sacrificar as florestas úmidas do sueste asiático para que pensem que está fazendo alguma coisa, e fazem com que os motoristas se sintam melhor.

Tudo isto ilustra a futilidade das soluções técnicas que estão sendo procuradas em Montreal. Procurar atingir uma demanda crescente por combustível é uma loucura, sem importar a sua origem. As decisões difíceis foram evitadas, e outra parte da biosfera está se tornando fumaça.

Por George Monbiot, 6 de dezembro de 2005, The Guardian,
<http://www.guardian.co.uk/climatechange/story/0,12374,1659037,00.html>